



Anais da Assembléia

Nº 045

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Dobradinho da Silva, João Preis, José Afonso Júnior, Rafael Greca de Macedo e Toti Colaço (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em Votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, apenas para justificar ao Secretário a ausência do Deputado Toti Colaço. O mesmo viajou a Florianópolis, Santa Catarina, representando a Assembléia Legislativa num Encontro que haverá da agricultura. Por isso nós solicitamos que não conste a falta do Deputado pois ele está em serviço da Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 29 de abril de 1991.

OFÍCIO Nº 24/91

Senhor Secretário.

Venho, através do presente, justificar a Vossa Excelência minha ausência em sessão plenária no dia 29 e 30 deste.

Senhor Primeiro Secretário, assumi compromissos de inauguração de obras municipais, e reunião com lideranças políticas da minha região.

Certo de contar com sua costumeira atenção externo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) CÉZAR SILVESTRI.

Requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) DALTON MACHUCA.

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado o Deputado Toti Colaço para representar esta Assembléia Legislativa na reu-

nião de Secretários de Estado da Agricultura, que realiza-se na presente data, com ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 938

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Valério, ocorrido na cidade de Rio Negro, no dia 29 de abril corrente. Requer-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender prestar justa homenagem aos familiares do Sr. Alfredo Valério, rionegrense de ilibado conceito moral, que deixa 8 (oito) filhos, 34 (trinta e quatro) netos e 12 (doze) bisnetos. Faleceu aos 79 anos de idade, já viúvo.

De tradicional família, do tronco dos colonizadores alemães, representantes da famosa "mancha loira" que se integrou àquela região sudeste e construiu, com seu trabalho e seu exemplo o presente e, hoje, aceita com desassombro os desafios do amanhã.

Acolhe no seu seio a terra paranaense, mais um vigoroso tronco dos pinheirais.

Ele permanece vivo na memória da comunidade que ajudou construir!

REQUERIMENTO N° 939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Dalva Cambruzzi Bortolini, ocorrido dia 29.04.91.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 42 anos, faleceu vítima de pertinaz enfermidade, a Senhor Dalva Cambruzzi Bortolini.

A extinta deixa viúvo o Senhor Vereador Dioracy Possan Bortolini e três filhos.

Dona Dalva pertencia à tradicional família da cidade de Clevelândia.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos: sua alma

engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Dalva.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Cambruzzi Bortolini, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos anais da Casa de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Helena Barbieri Salvadori, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão neste dia 29 de abril requerendo-se, mais, que do ato seja informada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Viúva do Sr. Eugênio Salvadori, Dona Helena Barbieri Salvadori morava em Francisco Beltrão há mais de 38 anos. Do seu casamento teve seis filhos, os quais lhe presentearam com 12 netos. Ao lado do marido, D. Helena constituiu uma família forte que a ajudou a construir Francisco Beltrão e vem participando da vida produtiva, econômica e política do Município. Como mãe e como companheira política, participou ativamente da Campanha Eleitoral de 1988, ajudando a eleger o filho Celmo Salvadori ao Legislativo Municipal de Francisco Beltrão. Seu passamento consternou profundamente a comunidade beltronense. Sua vida de trabalho e dedicação à terra que a adotou justifica a homenagem ora proposta à qual associamos a Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARTHUR NADAL, ocorrido no dia 28 de abril do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações para o "Jornal de

Beltrão" pelo transcurso de mais um aniversário de sua fundação na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Fundado a 1º de maio de 1989, o semanário "Jornal de Beltrão" conquistou, desde o seu primeiro número, uma legião imensa de leitores. O estilo de abordagem das matérias veiculadas, o posicionamento frente aos acontecimentos sociais, político e econômicos do Município e, principalmente, as manifestações sérias da opinião do jornal, fizeram dessa folha, o veículo de leitura preferida dos beltranenses em geral, assim como de moradores em outras cidades sudoestinas nas quais o semanário circula.

Homenagear o "Jornal de Beltrão" é homenagear o povo daquela cidade que tem prestigiado esse periódico. Requerendo os votos de congratulações desta Assembléia, manifestando igualmente o respeito do Legislativo paranaense e seus Membros pela imprensa.

REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa, o manifesto "Dia de Luta dos Trabalhadores", que será comemorado no próximo dia 1º de maio, sob a responsabilidade das entidades sindicais do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.04.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

Há 105 anos, no dia 1º de maio, operários de Chicago (EUA), se organizaram e realizaram uma greve, em luta por jornada de 08 (oito) horas de trabalho. Foi pacífica e reuniu cerca de 35 mil trabalhadores. Hoje, não poderíamos deixar passar em branco e registrar a luta por melhores salários, que os trabalhadores, ativos e inativos vêm enfrentando, apesar do número de desempregos que acrescenta cada dia que passa, neste ano de 1991. Portanto, 1º de maio não é o dia do trabalho, e sim do trabalhador na luta: contra a fome e a recessão; por emprego e moradia; e outras bandeiras de luta do trabalhador.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 160/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei n° 9584 de 11 de abril de 1991.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.91.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência das custas muito altas previstas na Lei n° 9584 de 11 de abril de 1991, fica revogada a referida pelo presente projeto.

O qual esperamos contar com a aprovação dos demais Senhores Deputados desta egrégia Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 161/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o vale-transporte aos Servidores Públicos Estaduais da Administração Direta e Indireta e Fundacional, que deverá ser antecipado ao Servidor para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Parágrafo Único - Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Art. 2º - O Estado fica exonerado da obrigatoriedade do vale-transporte, se proporcionar por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento, residência-trabalho e vice-versa, dos beneficiários.

Parágrafo Único - Caso o Estado forneça ao beneficiário transporte próprio ou fretado que não cubra integralmente os deslocamentos deste, o vale-transporte deverá ser aplicado para os segmentos da viagem não abrangidos pelo referido transporte.

Art. 3º - É vedado substituir o vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - No caso de falta ou insuficiência de estoque de vale-transporte, necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido pelo Estado, na folha de pagamento imediata, da parcela correspondente, quando tiver efetuado, por conta própria, a despesa para seu deslocamento.

Art. 4º - O vale-transporte, no que se refere à contribuição:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III - não é considerado para efeito de pagamento da Gratificação de Natal;

IV - não configura rendimento tributável do beneficiário.

Art. 5º - Para o exercício do direito de receber o vale-transporte o servidor informará o Secretário de Estado ou o dirigente de órgão da administração direta, indireta ou fundacional, por escrito:

I - seu endereço residencial;

II - os serviços e meios de transporte mais adequado ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1º - A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos itens I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º - O beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale-transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º - A declaração falsa ou o uso indevido do vale-transporte constituem falta grave.

Art. 6º - É vedada a acumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 2º desta Lei.

Art. 7º - O vale-transporte será custeado:

I - pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pelo Estado, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Parágrafo Único - A concessão do vale-transporte autorizará o Estado a descontar, mensalmente do beneficiário que exceder o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o item I deste artigo.

Art. 8º - O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de vales-transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, que favoreça o beneficiário.

Art. 9º - No caso em que a despesa com o deslocamento do beneficiário for inferior a 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento, o empregado poderá optar pelo recebimento do vale-transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento do respectivo salário ou vencimento.

Art. 10 - A base de cálculo para determinação da parcela a cargo do beneficiário será:

I - o salário básico ou vencimento mencionado no item I do artigo 6º desta

Lei; e

II - o montante percebido no período, para os trabalhadores remunerados por tarefa ou serviço feito ou quando se tratar de remuneração constituída exclusivamente de comissões, percentagens, gratificações ou equivalentes.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.91.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

EMÍLIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Antonio Setti, Nilton César Servo, Domingos Carvalho, Costenaro Neto, Paulo Maia, Duílio Genari, Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

Em 16 de novembro de 1985, o Presidente da República de então sancionou a Lei nº 7.418, aprovada pelo Congresso Nacional, instituindo o vale-transporte no Brasil.

O paranaense Affonso Camargo Neto, Ministro de Estado dos Transportes, na época, classificou a medida como o maior projeto social de sua Pasta.

São inegáveis os benefícios do vale-transporte para todos os trabalhadores. Até mesmo os servidores públicos federais foram abrangidos pelo referido texto legal.

Porém, os funcionários que prestam serviços na Administração Direta, Indireta e Fundacional do Paraná, ainda não foram atingidos pelo benefício por falta de previsão estadual específica.

Estamos, portanto, diante de um equívoco, pois o princípio da igualdade não está sendo respeitado.

E o mais lamentável é que a Constituição Estadual ainda não foi regulamentada, no que tange ao art. 235, que reza o seguinte:

"É assegurado aos servidores públicos, na forma da lei, a percepção do benefício do vale-transporte".

Assim pretendemos, antes de mais nada, respeitar e regulamentar um direito constitucional e fazer justiça aos servidores estaduais.

O presente projeto está, portanto, fundamentado na Constituição do Estado do Paraná e amparado na legalidade.

Guarda fiel respeito ao Regimento Interno deste Poder.

Quanto ao mérito, vale ressaltar a importância do projeto, não apenas como previsão legal, mas como norma regularizadora que influenciará na vida dos servidores. Não é preciso lembrar que o Estado do Paraná, não obstante pagar em dia, gratifica seus funcionários com salários dos mais baixos.

E, apesar do vale-transporte não ter natureza salarial, nem de gratificação e não constituir rendimento tributável, é certo que ajudará na renda familiar do beneficiário.

Outro fator importante a ser destacado é que o vale-transporte será custeado pelo servidor, numa parcela equivalente a seis por cento de seu salário básico. Apenas o excedente deste valor será arcado pelo Estado.

Para não causar problemas de ordem financeira e orçamentária ao Executivo, o projeto prevê que a lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro vindouro, com tempo hábil para toda e qualquer previsão e planejamento governamental.

Os servidores estaduais precisam e aguardam a medida proposta, já contemplada, como foi dito, aos funcionários da União e de diversas Prefeituras paranaenses, entre as quais a da Capital do Estado.

Sendo uma medida justa, nós os Deputados que subscrevemos o presente, solicitamos apoio dos demais Pares.

E, conhecedores do alto espírito público de nossos Parlamentares, confiamos na aprovação unânime desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

A Constituição Brasileira dá o direito, de acordo com o art. 5º à organização de todos os trabalhadores. A Constituição Brasileira dá o direito aos trabalhadores de se sindicalizarem e lutar pelas suas necessidades, de lutar por aquilo que se sentem lesados.

Com a Constituição de 1988 obtivemos alguns avanços, e um desses avanços é o direito de sindicalização dos servidores públicos a nível nacional.

Os servidores públicos, a partir de 1988, começaram a se organizar em vários sindicatos, e toda essa organização vem sendo desrespeitada por Governadores e por Prefeitos.

Prefeitos desse Paraná afora têm demitido trabalhadores que têm se sindicalizado. Foi assim na Prefeitura de Foz do Iguaçu, foi assim na Prefeitura de Cascavel e está sendo assim na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nós queremos aqui desta tribuna colocar a posição do Partido dos Trabalhadores do direito de organização dos servidores públicos estaduais e municipais.

A Prefeitura Municipal de Curitiba tem se pautado em total desrespeito aos seus servidores, tem se pautado em decisões

unilaterais, e de cima para baixo não têm negociado, não tem conversado com os seus servidores.

Pior do que isso: na última semana demitiu servidor que já tem 15 anos de serviço, como é o caso do companheiro Francisco Alves dos Santos, como é o caso da companheira Clara Satiko Kano, há 13 anos trabalhando na Prefeitura Municipal de Curitiba e Willy Schuman com 3 anos.

Todos esses trabalhadores, além de terem sido demitidos, no local de seus serviços na Cinemateca do Museu Guido Viaro, foi trocada a fechadura por ordem da Senhora Secretária de Cultura.

Alega a Senhora Secretária insubordinação desses servidores, esquecendo-se que desde o dia 10 de janeiro de 1991 todos os servidores públicos do Município de Curitiba são regidos pelo Regime Único dos Servidores, ou seja, pelo Estatuto. Qualquer demissão de trabalhador na Prefeitura de Curitiba deve ser passado por sindicância porque senão é puro autoritarismo.

Esses servidores, pelo Estatuto e pelo Regime Único, só poderiam ser demitidos após sindicância, onde houvesse direito de defesa a esses servidores.

Diz a Senhora Secretária que esses servidores foram demitidos por insubordinação. Eles foram contratados para programar os filmes que são exibidos nos cinemas municipais. Este era o papel que eles vinham cumprindo e, por alegar insubordinação, é que foram demitidos. Francisco Alves dos Santos, servidor há 15 anos, abriu mão do cargo que ocupava e através de um colegiado decidiu. Nós sabemos porque eles foram demitidos. Eles foram demitidos porque eram consciências críticas, eram servidores que lutaram sempre pelos seus direitos, colocando-se ao lado dos sindicatos. Por que a Senhora Secretária não pune quem contratou, quem pagou a vinda e a estada a Curitiba, de um crítico de cinema para poder assistir aos filmes de Silvio Back para poder elogiá-lo. Senhores Deputados, a Secretaria contrata crítico para vir elogiar filme e não é obrigação da Secretaria de Cultura contratar alguém da "Folha de São Paulo", pagar viagem e estada para que elogie esse filme, porque essa é a obrigação do próprio crítico. Dessa tribuna, fazemos o nosso protesto em nome do PT e cobramos do vice-Prefeito de Curitiba, Deputado Algaci Túlio, que tome providências junto à administração municipal para que mais direitos e trabalhadores não sejam desrespeitados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Ouvindo o pronunciamento do Deputado Dr. Rosinha, evidentemente que nós também fomos apanhados de surpresa com relação à decisão da Fundação Cultural de Curitiba.

Deixo bem clara a minha posição sempre de defesa do trabalhador e vamos procurar saber exatamente o que é que aconteceu, se havia alguma razão, e mesmo que houvesse alguma razão, se as dispensas foram feitas dentro do que determina a lei. Pode ter certeza, Deputado Rosinha, que este Parlamentar não vai aqui avaliar uma decisão da Fundação Cultural, se ela foi feita ilegalmente, só pelo fato de eu ser o vice-Prefeito da cidade.

Antes e acima de tudo, o trabalhador, o direito do trabalhador no que diz a Constituição.

Mas eu venho à tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados para trazer aqui mais alguns fatos sobre a CPI da Saúde instalada neste Poder Legislativo, no ano passado, por este Parlamentar presidida e que talvez seja uma das poucas CPIS nesta Casa que foi concluída, apontou e conseguiu o julgamento dos responsáveis por atos lesivos ao patrimônio público. Recebi ainda nesta semana, do Procurador Geral da Justiça do Paraná, Dr. Luiz Chemin Guimarães, o Parecer sobre os relatórios conclusivos da nossa CPI, que nós fomos entregar em mãos ao Procurador Geral da Justiça e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Os relatórios foram encaminhados em dois volumes, um contendo as denúncias iniciais de super faturamento e compra de medicamentos e equipamentos sem licitação, pelo ex-Secretário Manoel de Almeida Neto. O segundo apenso indicava responsabilidade do ex-Secretário pela compra irregular de bolsas de colostomia e modificação aleatória do edital aprovado pela comissão especializada da Secretaria da Saúde. No seu depoimento, à CPI da Saúde nesta Casa, o médico Paulo Roberto Sbaraini, coordenador do programa de atendimento ao ostomizado da Secretaria da Saúde, afirmava que solicitou a compra de 50 mil bolsas de colostomia fechada. A comissão de licitação por conta própria, alterou o item "1" do edital, onde passou a constar "bolsas de colostomia com adesivo" e com esta atitude foi beneficiada uma única empresa Casela Becher, foram apresentadas dez propostas e essa firma foi a ganhadora, com o preço duzentos e setenta e cinco cruzeiros e setenta centavos, na época, por unidade, perfazendo treze milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros, enquanto que se fosse adquirido o tipo de bolsa solicitada pelo programa, o valor pago por unidade de oito cruzeiros e quarenta centavos, evidentemente, perfaria um total de apenas

quatrocentos e vinte mil cruzeiros. Portanto, mais de treze milhões de cruzeiros e menos do que foi feito no super faturamento aprovado e autorizado pelo ex-Secretário Manoel de Almeida Neto. É o Procurador Geral da Justiça do Estado, nos encaminhou seu parecer no seguinte teor:

- No pertinente ao contido no Apenso 2 - Investigação realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito - os fatos apurados não discrepam daqueles que vieram dar substrato à referida denúncia.

Contudo a CPI trouxe a lume, a notícia de irregularidade em outra licitação a de n. 100/90, conforme depoimento do Dr. Paulo Roberto Sbaraini, e que se acha sintetizada na declaração.

A respeito, a Promotoria Especial de Proteção ao Patrimônio Público extraiu cópias dos depoimentos e documentos, bem como requisitou a atuação da Coordenação de Auditoria e Análise de Custos, no sentido de realizar auditoria específica no aludido procedimento licitatório.

Os depoimentos colhidos pela CPI, são voltados ao esclarecimento da já citada aquisição de material hospitalar ressaltando-se as referências à possível ilicitude da compra contida no processo de licitação n. 100/90.

Também os documentos que acompanham o Apenso n. 2, constituem-se, basicamente, em cópias daqueles lá encartados nos autos da ação criminal promovida contra Manoel Antonio de Almeida Neto e outros, com ressalva, por igual, para os que noticiam irregularidades na licitação n. 100/90.

Assim, examinando o expediente, meu entendimento é no sentido de que as peças informativas do "Apenso n. 2", sejam juntadas aos autos do processo criminal supra mencionado, mormente porque contém depoimentos livremente prestados perante autoridades parlamentares, a respeito da compra ilícita versada naqueles autos, trazendo ainda o relatório final conclusivo da CPI. Esta está sendo investigada da parte nesta Promotoria.

Então Senhores Parlamentares uma CPI montada nesta Casa, num período de eleições que teve sua conclusão e teve os seus resultados ao ponto de que o Procurador Geral da Justiça, reconhece o trabalho da CPI, dizendo da sua validade e dizendo da importância desse trabalho para aumentar ainda o número de denúncias que já haviam sido formuladas contra o ex-Secretário Manoel Almeida Neto.

Portanto, o trabalho desta Casa, através da CPI da Saúde, foi válido, atendeu aos seus fins e foi responsável pelo levantamento de mais irregularidades cometidas contra o patrimônio público, resta agora esperar que a bancada do PMDB, indique os Parlamentares, para que se inicie o

trabalho da nova CPI da Saúde solicitada aqui nesta Casa, porque eu tenho certeza que outros fatos irregulares irão aparecer na sequência.

O SR. NELSON GARCIA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença do nobre vereador de Umuarama, Dario Benedito Anselmo de Souza, está presente na Casa nesse dia e eu gostaria de registrar o nome dele aqui, porque é uma pessoa que muito trabalha para os bons andamentos da região de Umuarama.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) O nobre Deputado Algaci Túlio, da tribuna, lembrou a questão da CPI, Vossa Excelência tinha dado um tempo para todas as bancadas indicar os membros da CPI até hoje, se não Vossa Excelência o faria de acordo com o Regimento Interno. Nós só solicitamos se as Bancadas indicaram, ou se Vossa Excelência teve que acompanhar o colocado no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai aguardar até o final da sessão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.
(Declina).

Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu Horário. Concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Há cerca de 20 dias atrás, desta tribuna eu fiz uma denúncia sobre a situação existente na cidade de São João do Triunfo.

Naquela ocasião, relatei alguns fatos aqui, que indicavam estar o Prefeito daquele Município numa situação extremamente delicada, estar aquele Prefeito sob constante ameaça à sua integridade física.

Após aqueles denúncias, que são de conhecimento de todos os Parlamentares desta Casa, nós fomos informados de que um Vereador daquele Município havia sofrido um atentado, que três tiros haviam sido disparados contra o seu automóvel. Coincidentemente este Vereador é exatamente um dos cidadãos que naquele Município tem tomado posturas estranhas, de não apoiar o Prefeito Municipal no trabalho de denúncia e investigação sobre roubos de automóveis. Este Vereador que é inimigo capital do Prefeito Municipal de São João do Triunfo, disse na Polícia ter sofrido um atentado.

E, na ocasião, já muitas pessoas desconfiaram de que havia pessoas tentando passar de réu para vítima. E esta semana, a Polícia Civil do Estado do Paraná, após investigar e realizar um exame pericial no veículo do Vereador de São João do Triunfo, constatou, através de perícia técnica, que aquele atentado na verdade, foi um atentado simulado. Foi o próprio Vereador que atirou no seu veículo, para posar de vítima e de perseguido.

Disse o Vereador que indo para a sua residência, no Distrito de São João do Triunfo, foi obrigado a reduzir a velocidade do seu carro, havia algumas pedras no caminho, e que do alto de um morro havia sido alvejado o seu automóvel, com três tiros. E este carro estava circulando.

A Polícia Técnica fez o levantamento e constatou, primeiro, que os tiros haviam sido dados enquanto o automóvel estava parado. E mais do que isso, a trajetória da bala não indicava que estes tiros haviam sido dados do alto de um barranco. E sim que ele foi dado na lateral e a cerca de apenas dois metros do veículo. O que comprova que foi um atentado simulado daquele Vereador.

Apenas trouxe este fato ao conhecimento dos Senhores Deputados, porque eu acho importante para esclarecer. Até porque eu sei que Parlamentares nossos, desta Casa, foram induzidos em erro e acabaram dando guarida às declarações e às versões desse Vereador. Foram induzidos em erro, espero, e noticiaram através de programas de televisão uma versão absolutamente falsa sobre o fato.

Então, fica aqui o meu apelo para que estes mesmos Parlamentares, agora, também denunciem e mostrem o que a Polícia descobriu, na verdade, sobre este caso.

Quero, também, aproveitar o Horário das Lideranças do Partido dos Trabalhadores, hoje, para denunciar um outro fato, extremamente grave, que está ocorrendo no nosso Estado, e que se relaciona com a violência no campo. Existe uma área de terra no Oeste do Paraná, Município de Lindoeste, denominada "Fazenda Verdum", uma fazenda improdutiva que já foi diversas vezes ocupada por trabalhadores, cujo processo de desapropriação está nas mãos do Presidente da República; o Incra já fez os levantamentos da área, constatou que a área é realmente improdutiva, problemas de documentação foram apontados e conferidos. Aquelas famílias que lá estão, estão apenas aguardando que finalmente o Presidente da República assine o decreto de desapropriação da área.

Todavia, o proprietário daquele imóvel, inconformado com a perda do mesmo, contratou diversos pistoleiros profissionais, que estão naquela área. Esses pisto-

leiros estão efetuando diversos disparos, diariamente, contra as famílias de trabalhadores. Inclusive estes dias quase alvejando uma criança que catava algodão. Por pouco não tivemos uma tragédia com a eliminação de um menor de idade!

Nós estamos aqui nesta tribuna fazendo esta denúncia e solicitando à Bancada do PMDB que interceda junto ao Secretário de Segurança, para que ele tome imediatas providências e determine a remoção e apreensão das armas que estão em poder dos pistoleiros que estão próximos à "Fazenda Verdum", perto de Cascavel.

Quero registrar aqui também a presença de um dos ocupantes daquela fazenda, um trabalhador rural, que veio até esta Casa para denunciar este fato. Nós temos conhecimento que recentemente a situação está tão grave, naquela localidade, que até mesmo a professora do Colégio foi cercada por pistoleiros, ela sofreu diversos disparos, dados sobre a sua cabeça, para amedrontá-la. A escola da localidade está fechada porque o clima é de terror. As pessoas estão amedrontadas, com medo até de irem ao armazém, aos bares, com temor de terem problemas com aqueles pistoleiros que estão localizados ali. Sabemos inclusive existência de armamento pesado na posse destes cidadãos. Segundo informações concretas são profissionais da pistolagem! É lamentável que nós tenhamos que vir mais uma vez à esta tribuna, nas vésperas do 1º de maio, para denunciar este tipo de violência contra a classe trabalhadora.

Neste país, onde as questões sociais ainda são tratadas como questões de política, a paz somente chegará ao campo com a efetiva reforma agrária! É fundamental que nós, enquanto Poder Legislativo, cobremos do Governo Federal que cumpra as promessas de campanha, que realize uma reforma agrária que permita o acesso de milhares e milhares de camponeses à produção, à terra, à vida, e nós sabemos que a democracia somente será efetiva, real, verdadeira neste País, quando fizermos uma reforma agrária que permita aos trabalhadores "sem-terra" o uso da propriedade improdutiva neste País.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PL.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

Com a palavra o Senhor Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

No último sábado, na Boca Maldita, aonde freqüentamos há mais de 25 anos, estava difícil a nossa permanência ali Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque estava fixado um cartaz do PT, que é este que aqui está.

Esse cartaz afixado na Boca Maldita, atentando contra todos nós Deputados, era motivo de gozação e motivo de revolta. Ainda por azar, tinha uma faixa vermelha logo ali na Boca Maldita, aonde também nos questionavam pelo fato de sermos do PDT, a que representava aquela faixa vermelha.

Eu quero primeiramente perguntar a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, se poderia informar para nós, Deputados, se os Deputados do PT recebem ou não representação nesta Casa, neste Poder Legislativo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai consultar o Diretor Financeiro para saber se eles recebem, mas quem pode informar são os mesmos aí que estão em Plenário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Eu, com todo respeito, perguntaria ao Líder do PT, ao nosso companheiro, Deputado Ernani Pudell, se os Deputados do PT recebem representação, se pudesse me responder?

O Sr. Ernani Pudell - Só depois que Vossa Excelência declinar o nome dos seus parentes que trabalham na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A resposta de Vossa Excelência é insólita e não é digna de um Deputado.

Eu respondo a Vossa Excelência, eu mandei buscar aqui os recibos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Porque nesse jornal, Senhores Deputados, eu quero dizer ao ilustre Deputado Ernani Pudell de que a minha família, Vossa Excelência vai ter um engano muito grande, porque a minha família na Assembléia, se aqui existe, existe antes de eu ser Deputado. Eu quero lhe dizer que a minha família é muito pequena e a minha família tem capacidade suficiente, Vossa Excelência não encontra um parente meu que não tenha curso superior e esteja trabalhando, você não encontra um parente meu que esteja precisando trabalhar sem ter qualidades e sem ter condições de trabalhar. Vossa Excelência deve estar se referindo à minha esposa, que tem três cursos superiores, entre outros, é advogada, e que trabalha, e eu espero que Vossa Excelência não entre em problema pessoal, porque problema pessoal dói e machuca, como machucou e me machuca porque

toda a minha campanha feita como Deputado Estadual, não aqui querendo dizer que eu seria melhor que os outros, mas eu sempre disse e continuo tendo essa fé, inclusive fé em Deus, de que a minha presença nesta Assembléia servirá para aqueles tantos, dezessete mil pessoas que acreditaram na gente e que votaram para nós numa eleição difícil como foi. Eu espero que Vossa Excelência e seus companheiros, e aqui quero cumprimentar o Deputado Paulo Maia, que eu tenho acompanhado o seu trabalho aqui, não quero que ele pense que eu estou pensando que ele é do PT, e o Paulo Maia tem levantado questões aqui que eu concordo plenamente com ele, ele tem defendido o problema do professor, das Universidades, eu acho isso justo e nós sempre, todos os Deputados estamos com ele; mas, ilustres Deputados do PT, nós não vamos aceitar isso aqui, porque há 25 anos que eu frequento a Boca Maldita nunca passei um dia tão chateado, tão triste como este de sábado com este cartaz afixado.

Neste sábado, eu me perguntava, por que Deputado igual a nós, eleito com o mesmo voto, com os mesmos propósitos, por que esses Deputados atentam contra o Poder Legislativo, contra os seus próprios colegas Deputados?

Se for para falarmos ilustres Deputados do PT, porque não falarmos dos salários dos Desembargadores, dos Conselheiros do Tribunal de Contas, dos Presidentes das Autarquias, como a COPEL, BADEP, tantas outras...

Por que não questionarmos o dinheiro do povo como um todo? Por que só o dinheiro do povo que é gasto com os Deputados tem que ser jogado na boca do lixo? Por que isso?

Não estamos aqui para sermos mercenários do dinheiro do povo. Estamos aqui com uma missão única exclusiva.

Talvez Vossas Excelências não recebam a assistência social porque não precisam dela.

Talvez vocês não atendam ninguém. Mas eu atendo. No próprio sábado, tive que gastar 130 mil cruzeiros. Oitenta com um enterro. Acho, por exemplo, que deveríamos entrar com um projeto de todo o cidadão pobre ter direito a um enterro de graça. Como não existe este projeto, este direito do povo mais pobre, tive que gastar oitenta mil cruzeiros num enterro, aqui num bairro de Curitiba, na 145, na Vila Formosa. E quantas noites saio e de madrugada estou lá no Instituto Médico Legal para liberar corpo; existe a picaretagem das funerárias. A Funerária da Região Metropolitana não pode levar o corpo daqui porque tem aquele "chuncho" de Curitiba. Por que nós, Deputados, não levantamos questões como esta que venha a beneficiar a nossa

população?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Permite-me um aparte?

(Assentimento).

Quero ser solidário a Vossa Excelência, apesar de que não tive a infelicidade, ou a felicidade, de ver este cartaz que Vossa Excelência exhibe neste momento.

Mas acho que a defesa que Vossa Excelência faz do Poder Legislativo é gratificante.

É gratificante porque nós, que somos oriundos da Revolução de 1964, que participamos deste processo nos palanques defendendo, na época, o extinto MDB, Movimento Democrático Brasileiro, tínhamos uma filosofia a colocar ao povo do Paraná e, evidentemente ao País, procurando fazer justiça ao povo brasileiro.

Esta filosofia, pelo que me consta, é oriunda do Partido dos Trabalhadores, do PT: a defesa da democracia brasileira. Só que desta forma que estamos vendo esta posição colocada pelo PT, ela contraria os princípios democráticos. Não podemos permitir, ilustre Deputado Geraldo Cartário, que venham afrontar um Poder Legislativo que tem sua independência própria, é um Poder constituído e avalizado pelo desejo soberano do povo brasileiro, do povo paranaense, através do voto secreto.

Não podemos permitir que este Poder Legislativo, através da minoria de alguns Deputados, que na filosofia prega uma coisa e na prática não é a realidade, venha tentar desmoralizar, forçando inclusive, até possivelmente, o novo regime que venha coibir estes abusos de desrespeito com os Poderes e autoridades constituídos.

Acho até que não só Vossa Excelência que denuncia neste momento e a mim que sou solidário a Vossa Excelência, mas cabe a todos os Deputados desta Casa empunhar esta bandeira em defesa deste Parlamento para que estes fatos não ocorram, tentando desmoralizar a Assembléia Legislativa do Paraná.

Não foi Vossa Excelência e não fui eu que criamos a Assembléia Legislativa do Paraná. Quando nos elegemos, ela já estava constituída e hoje já está na 12.^a Legislatura.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço a Vossa Excelência, nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

Na verdade o que nos assusta são essas notícias levianas porque ontem um radialista me indagava se os 84 carros comprados pela Assembléia ao preço de sete milhões cada um, se eu era a favor?

Essa pergunta me fizeram ontem. Eu sei que a Assembléia não comprou 84 carros, sei que é uma mentira, sei também que o

preço do automóvel comprado por exigência dos líderes das Bancadas o qual eu assinei porque está dentro do Regimento que o líder deve ter seu automóvel para atendimento ao gabinete, eu questionava também e dizia ao repórter que era mais uma mentira porque o automóvel não passou de dois milhões de cruzeiros e o radialista falava em sete milhões de cruzeiros pelo preço do carro.

Acho que todos nós, e aqui eu faço um apelo à Bancada do PT, que vamos levantar problemas sérios que existem com a população, vamos levar a faixa vermelha de Curitiba até os bairros mais pobres, mostrarmos as valetas, céu aberto, criança sem atendimento, bairros sem esgoto, sem luz, vamos mostrar a realidade, mas não vamos instigar a população a ficar contra o Deputado, porque nós somos o Poder que mesmo custando dinheiro ao povo, nós representamos a democracia neste País, estou certo que o PT não está querendo que aconteça no Brasil o pior, a volta de 64, para evitarmos isso, nós temos que ter consciência de que a população tem que ser bem informada, mas Vossas Excelências têm tantos assuntos para defender a população não fiquem atacando Deputado, porque eu estou certo que nós Deputados não vamos aceitar isso.

Mais uma denúncia dessas colocada na rua eu vou pedir que haja o decoro parlamentar para todos aqueles que atentarem contra o Poder na Assembléia.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado.
(Assentimento).

Gostaria que Vossa Excelência me informasse, vejo que Vossa Excelência está com ele em mãos, se nesse folheto identifica a autoria como sendo Deputados do PT ou Deputado do PT?

A Bancada toda do Partido dos Trabalhadores ou é de um Deputado do PT a autoria do folheto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Na verdade não tem o responsável direto.

O Sr. Erondy Silvério - É a arma do covarde, a arma da covardia, são os cretinos, os cabotinos, os hipócritas que recebem gostosamente o seu dinheirinho no fim do mês e depois querem mostrar à população que são puros.

Pena que não esteja identificado o autor disso aí para se aplicar o Regimento Interno da Casa, cassando-lhe o mandato por falta de decoro Parlamentar.

Esse seria o caminho muito mais justo é aplicação que se quis fazer a um Deputado nesta Casa há poucos dias, seria a cassação de mandato do autor desta infâmia

contra o Poder Legislativo, que é o Poder desarmado, mas é o Poder que representa o povo nas horas difíceis, nas horas amargas, aqui nós enfrentamos o ato institucional número Cinco, o Presidente da Casa traz na alma as marcas da violência do Ato Institucional número cinco, nós lutamos naquela oportunidade para manter esse Poder incólume, para manter esse Poder aberto e o conseguimos, graças a Deus, eu naquela oportunidade era o Presidente desta Casa.

Então nós temos aqui um passado de lutas e não será o enxovalhamento que pretendem esses falsos moralistas que estão aqui à minha direita que irá empanar a atuação do Poder Legislativo neste Estado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Eu agradeço seu aparte.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Não lhe concedo aparte porque meu horário já esgotou. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

(Declina.)

PFL, PTB.

Todos declinam.

A Mesa informa ao Deputado Geraldo Cartário que os Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, receberam a representação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Essas são as vestais do templo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os recibos encontram-se sob a mesa. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 24/91, subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, comunicando sua ausência em sessão plenária, nos dias 29 e 30 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães e da Senhora Deputada Emília Belinati, devidamente apoiado, constante do expediente. À Dire-

toria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 79/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a publicação de atos relativos a pessoal da Administração Indireta. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.T.C., todos por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 86/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Tapira, Estado do Paraná, os imóveis urbanos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 109/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Cultural e Assistencial São Lourenço", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/91, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de Jandaia do Sul - APROJAN", com sede e foro no município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Atendendo a questão de ordem do nobre Deputado Dr. Rosinha, a Mesa designa para Comissão de Saúde, pelo PMDB José Afonso Júnior, Cleiton Kielse, Edison Lino; pelo PTB, João Iensen; PSDB, Toti Colaço; PRN, Domingos Carvalho.

Deputado Fregonese, está constituída a Comissão.

Ante a denúncia do Deputado Geraldo Cartário a Mesa vai solicitar à Polícia Federal e à Polícia Estadual, que procedam às investigações para verificarem o responsável ou os responsáveis por este panfleto apócrifo.

Deve ser um cidadão que não tem pança na barriga, mas tem pança no cérebro.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência mencione o artigo que está sendo violado.

O SR. ERNANI PUDELL - É do primeiro ao 247 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 946, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 938, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 939, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 942, 943, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 944, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 945, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 940, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 82/91.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 022/91; e dos Projetos de Lei n°s 026, 047, 067, 074, 106, 111, 134, 135 e 138/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE ABRIL de 1991.

"Dia de Luta dos Trabalhadores"

Há 105 anos, no dia 1° de maio, operários de Chicago (EUA), realizaram uma greve cuja principal bandeira de luta era a jornada diária de 8 horas. A greve, pacífica, recebeu a adesão de 35 mil trabalhadores. Dois dias depois o número de parti-

cipantes dobrou. As manifestações foram reprimidas pela polícia resultando em seis mortos e vários feridos. O comício, realizado em 4 de maio de 1886, em protesto ao massacre também acabou em repressão por parte da polícia. Uma bomba explodiu no meio da multidão acirrando mais o sangrento confronto na praça Haymarket. O número de mortos jamais foi apurado. A procura do responsável pelo arremesso da bomba seguiram-se meses de perseguição indiscriminada aos líderes sindicais, que acabaram presos e levados a julgamento.

A polícia e o Tribunal forjaram as provas e testemunhas condenando quatro dos líderes à forca, dois à prisão perpétua, um a quinze anos de reclusão e um ao banimento do território norte-americano. Dois morreram no cárcere antes da sentença. Em 1894 a inocência de todos foi reconhecida, pois foram condenados apenas por suas idéias.

Para o movimento operário do mundo inteiro, os mártires de Chicago se tornaram referência e o 1º de maio tornou-se o marco das lutas operárias no mundo inteiro.

Historicamente, em todas as sociedades existiu uma classe dominante, defensora de enormes privilégios, e uma classe subalterna e oprimida. Se os tempos mudaram, essa relação não mudou em nada. Pelo contrário, o que temos hoje são formas mais sofisticadas de opressão e exploração. Porém, os objetivos são os mesmos, ou seja, o enriquecimento de uma classe em detrimento da exploração e miséria da outra.

No Brasil, a riqueza dominante está manchada com o sangue dos trabalhadores. Aqui também houveram mártires. Aqui também ocorreram e ainda ocorrem chacinas de trabalhadores pelo simples fato de lutarem por seus direitos. Se hoje nossa jornada de trabalho diária é de oito horas, foi graças à luta dos trabalhadores e não por bondade da burguesia. Nada foi concedido, tudo foi conquistado.

Neste sentido, é importante que neste 1º de maio haja uma participação massiva e consciente dos trabalhadores nas manifestações e atos públicos que estão sendo convocados. Devemos participar conscientes de que todos os direitos que conquistamos até hoje foi resultado da luta e do sangue de milhares de trabalhadores.

Devemos mostrar o nosso descontentamento com o governo Collor que, de forma truculenta, impõe o arrocho salarial e a recessão econômica ao país, pondo em prática um projeto neo-liberal que visa entregar ao capital internacional o que resta do país e que foi construído com o suor dos brasileiros.

Por tudo isto, 1º de maio não é o dia do trabalho, e sim dia do trabalhador na lu-

ta:

- contra a fome e a recessão;
- por emprego e moradia;
- pela garantia das liberdades democráticas;
- contra a privatização das estatais e do patrimônio público.
- contra todas as formas de opressão e discriminação;
- a favor dos explorados e oprimidos;
- pelo pão de cada dia.

1º DE MAIO

Seu suor
fez frutificar os campos
edificou as cidades

Seu suor
Abriu estradas,
construiu pontes
cruzou as montanhas

Seu suor
construiu as fábricas,
ergueu as igrejas
e monumentos.

Seu suor
produziu a riqueza
trouxe o progresso
gerou o confronto

Seu suor
sustentou sua prole
com lágrimas e dor

Seu suor
sempre foi pago
com o preço vil
do salário

Mas
seu suor
é proletário
Por onde corre
planta a revolução
Seu nome é
TRABALHADOR!

Paulino Motter

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Rafael Greca, Mário Bezerra, Nelson Justus, José Tavares, João Iensen, Valdir Rossoni, Plauto Guimarães, Antonio Costenaro, Emília Belinati, Durval Amaral, Ovídio Constantino,

José Afonso e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal o Sr. Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. O Sr. Deputado José Tavares pede a palavra para justificar a demo-
 ra em relatar alguns projetos, em razão do expediente recebido da Comissão para devolução dos mesmos conforme art. 51, § 1º do Regimento Interno. Comunicou estar se instalando agora em seu gabinete, o que dificultou a realização dos trabalhos a ele destinados. O Sr. Presidente informou que com tal expediente, distribuído a todos os titulares, pretende maior agilização das proposições e que o Sr. Deputado José Tavares está plenamente justificado. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 110/91, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) PROJETO DE LEI Nº 125/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado José Tavares. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 03) PROJETO DE LEI Nº 129/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO ao Projeto de Lei nº 10/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/91. Relator Deputado Nelson Justus. O Sr. Deputado José Tavares usa da palavra para perguntar ao Sr. Relator o que objetivamente se acrescenta no substitutivo geral apresentado. O Sr. Relator esclarece ser basicamente a composição do Conselho, e que apresentou o substitutivo geral transformando as emendas aprovadas numa só, para facilitar a discussão em plenário. O Sr. Deputado José Tavares levanta ainda a questão de representação de um sindicato e da possibilidade ou não de Parlamentar participar de um Conselho. O Sr. Presidente esclarece que a razão de haver somente uma representação sindical é porque no Paraná somente a CUT está devidamente organizada. O Sr. Deputado Mário Bezerra solicita que o Sr. Deputado, representante do PT, se pronuncie. O Sr. Deputado Ovídio Constantino informa haver consultado os demais sindicatos, porém a CGT pretende fundir-se à Força Sindical, que está em fase de composição nacional; por isso não tem interesse, no momento, em participar. Opina, também, ser esta uma lei que está sendo apresentada para estabelecer os critérios de proporcionalidade, pois as leis que regulamentavam tal assunto são anteriores à Constituição Estadual. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO na forma do Substitutivo Geral. 05) PROJETO DE LEI Nº 109/91, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) PROJETO DE LEI Nº

117/91, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) PROJETO DE LEI Nº 67/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) PROJETO DE LEI Nº 88/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 12/91. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) PROJETO DE LEI Nº 102/91, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator Deputado Plauto Guimarães. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 10) PROJETO DE LEI Nº 70/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) PROJETO DE LEI Nº 84/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) PROJETO DE LEI Nº 90/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer CONTRÁRIO. APROVADO. 13) PROJETO DE LEI Nº 113/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Antônio Costenaro Neto. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 14) PROJETO DE LEI Nº 123/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Antônio Costenaro. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 15) PROPOSIÇÃO VETO Nº 29/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DLT/nº 97/91, que veta o Projeto de Lei nº 611/90, de autoria do Deputado Raul Lopes e outros. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) PROPOSIÇÃO VETO Nº 144/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/213/90, que veta o Projeto de Lei nº 332/90, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator Deputado Antônio Costenaro. Vista requerida pelo Deputado José Tavares. DEFERIDO. 17) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/91. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

3.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Mário Bezerra, Alceu Swarowski, Renato Adur e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO ao Projeto de Lei nº 10/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/91. O Deputado Durval Amaral passa a presidência ao Deputado Mário Bezerra que é o vice-Presidente, pois irá relatar as emendas apresentadas a tal projeto. Após a leitura do Parecer às emendas, o Deputado Durval Amaral reassume a presidência e coloca o Parecer e o Substitutivo Geral apresentado em discussão e votação, os quais foram aprovados com voto CONTRÁRIO do Deputado Mário Bezerra. 02) PROJETO DE LEI Nº 90/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Renato Adur. Parecer CONTRÁRIO. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Sr. Deputado Cezar Silvestri mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Toti Colaço, Dobrandino da Silva e João Iensen. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem

do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 101/91, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. 02) PROJETO DE LEI Nº 111/91, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
Sandro A. Figueiredo - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Severino Félix e os demais membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e a indicação de seu nome para o cargo de Presidente desta Comissão. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 055/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Albino Corazza. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 126/91, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado SEVERINO FÉLIX
Presidente
RUBENS BREMER
Secretário